

I - IDENTIFICAÇÃO:

Título: Sistema Metropolitano de Defesa Civil

Nome da Instituição: Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP;

Órgão: Secretaria de Estado da Casa Civil de São Paulo

Responsável pela Inscrição: Ester Aparecida Viana/Sérgio Gomide Costa

Equipe Técnica: Ester Aparecida Viana, Sérgio Gomide Costa, Sidnei Furtado Fernandes

Categoria: Inovação em Gestão Pública

II – DESCRIÇÃO GERAL DA INICIATIVA

Implantação do Sistema Regional de Defesa Civil – Região Metropolitana de Campinas

Esta iniciativa reporta-se aos trabalhos de desenvolvimento do Sistema Regional de Defesa Civil na RMC, quanto a trajetória e os impactos decorrentes da implantação da Câmara Temática¹ de Defesa Civil, que se inicia com a deliberação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas², em sua 100ª reunião, na data de 23/02/2010.

A Câmara Temática de Defesa Civil foi a primeira experiência no âmbito de uma câmara técnica no Estado de São Paulo. Criada para atender a demanda metropolitana com uma inédita postura de discussão e

¹ As Câmaras Temáticas e as Câmaras Temáticas Especiais foram criadas pela Lei Complementar Estadual nº. 870, de 19 de Junho de 2000 em seu artigo 12 e disciplinadas no Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento e pelo Regimento Interno da Câmaras Temáticas e Câmaras Temáticas Especiais. As Câmaras Temáticas e as Câmaras Temáticas Especiais, ambas de caráter técnico são coordenadas por um dos seus membros, titular ou suplente, sendo criadas por deliberação do Conselho de Desenvolvimento e tendo atribuições específicas, extinguindo-se as especiais, quando preenchidos os fins a que se destinam. A deliberação pela constituição de Câmara Temática ou de Câmara Temática Especial depende de aprovação da maioria simples dos votos dos membros do Conselho. A composição das Câmaras, suas atribuições, prazos e demais condições de funcionamento são fixadas pela deliberação que aprova a sua constituição.

² Criado pela Lei Complementar nº. 870 de 19 de Junho de 2000 e instalado através do Decreto nº. 46.057 de 27 de Agosto de 2001 e com seu regimento interno aprovado em 27 de Novembro de 2001. Tem caráter deliberativo e normativo, composto por um representante de cada Município que integra a RMC e por representantes do Estado nos campos funcionais de interesse comum, assegurada a paridade das decisões.

tratamento dos papéis pertinentes à Defesa Civil na Região Metropolitana de Campinas - RMC³ que a limitava em termos institucionais, técnicos e

operacionais. Esta nova postura possibilitou a definição de um novo quadro de ações:

- A Defesa Civil pautada anteriormente em posturas de segurança pública redefiniu seus papéis definidos em assistência humanitária (Carta Humanitária);
- Identificação das limitações e necessidades de nivelamento nas estruturas das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – Comdec(s) na Região Metropolitana de Campinas;
- Integração intermunicipal de outras secretarias municipais e agentes afins, de Defesa Civil, por meio de padronização e institucionalização do Sistema Municipal de Defesa Civil – SIMDEC;
- Projeto Sistema Regional de Defesa Civil, que implantou e integrou uma rede regional de 19 COMDEC(s), equipadas com viaturas, estações de trabalhos, computadores;
- Criação de um Plano de Contingência para RMC e do grupo Força Tarefa Metropolitana;
- A utilização dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas – Fundocamp como fomento de projetos de interesse metropolitano;

III – CARÁTER INOVADOR

Processo de gestão e desenvolvimento de atribuições, pautado na qualidade gerencial e administrativa das operações

Fase de levantamentos

A câmara temática enfatizou desde sua criação, a necessidade de redefinição de seus papéis para o desenvolvimento de suas atribuições, pautado na mudança de paradigmas. O paradigma a ser mudado referia-se à compreensão dos papéis da Defesa Civil que a definia como uma instituição vinculada à Segurança Pública capacitada a responder às situações de desastres sob o ponto de vista desta área atuando meramente de forma reativa aos primeiros socorros às vítimas de desastres. Nas primeiras ações da câmara foi proposta uma reflexão sobre esta condição que limitava o alcance e a abrangência da Defesa Civil da RMC. Foram utilizados questionários conforme figura 1 para realização dos levantamentos e constatou-se a existência de uma

³ **RMC** - Constituída por 19 municípios e criada no dia 19 de junho de 2000, a Região Metropolitana de Campinas é uma das mais importantes do país, do ponto de vista econômico. Com uma população de 2,7 milhões de habitantes seu PIB representa 7,83% do total do estado de São Paulo, ou seja, R\$ 70,7 bilhões ou R\$ 26.900 em termos percapita.

realidade institucional a ser mudada. As primeiras conclusões quanto à identificação destas limitações recaía na deficiência das estruturas de Defesas Cíveis municipais, em suas Coordenadorias de Defesa Civil – Comdec(s)⁴.

Figura 1 – Classificação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil



CASA MILITAR - GABINETE DO GOVERNADOR
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
CLASSIFICAÇÃO DAS COORDENADORIAS MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL DA REGIONAL DE CAMPINAS



MUNICÍPIO	NOME DO COORDENADOR	CARGO NA ADM PÚBLICA	ENDEREÇO	FONE / CEL	EMAIL	CLASSIFICAÇÃO

LEGENDA: 1 - NÃO POSSUI COMDEC
2 - SOMENTE NO PAPEL
3 - EXISTENTE MAS NÃO ESTRUTURADA
4 - COMDEC ESTRUTURADA

Fonte: Redec I V, 2012

Nesta fase verificou-se também a necessidade de equipamentos como Estações Meteorológicas Automática e Rede Telemétrica, para realização de monitoramentos sistemáticos (diários) para operacionalização de um Plano de Contingência. O nivelamento nestas estruturas requeria recursos humanos e materiais e convergia para uma nova regulamentação das coordenadorias. Acordados entre os municípios da RMC, por meio de decretos municipais, foram criadas novas disposições e diretrizes de planejamento de Defesa Civil. Com estas ações a RMC integrou de forma institucional, as Comdec(s), e as secretarias municipais afins, com objetivo de multiplicar o alcance e permitir uma padronização de suas atribuições pautadas em posturas da Carta Humanitária (ONU)⁵. É apresentado na figura 2, o questionário encaminhado à Câmara Temática de Assistência Social que permitiu a realização de levantamentos referentes a abrigos de emergência e o cadastramento dos locais para abrigar as vítimas de desastres.

⁴ Classificação das Comdecs - são verificados os dados relativos as coordenadorias como: endereço, telefone e outros, decorrente destes dados classifica-se em 4 níveis: 1 Não possui Comdec, 2 – Somente no papel, 3 – Existente mas não estruturada, 4 - COMDEC estruturada.

⁵ Carta Humanitária, com o objetivo de aumentar a eficácia da assistência humanitária e a melhoria da capacidade de prestação de contas das organizações humanitárias em situações de desastre, a Carta Humanitária e as Normas Mínimas de Resposta Humanitária em Situações de Desastre definem, pela primeira vez, o que as pessoas afetadas por desastres têm o direito de esperar por parte da assistência humanitária. A Carta Humanitária, tem como base os princípios e disposições do direito humanitário internacional, do direito relativo aos direitos humanos, do direito relativo aos refugiados e do Código de Conduta do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e das Organizações Não-Governamentais (ONGs). A Carta descreve os princípios fundamentais que norteiam todas as ações humanitárias e defende o direito das populações à proteção e à assistência. A Carta é seguida de normas mínimas em cinco sectores fundamentais - abastecimento de água e saneamento, nutrição, ajuda alimentar, abrigo e planejamento de locais de alojamento e cuidados médicos.

As Diretrizes Gerais de Planejamento do Plano de Contingência, passam a vigorar no período de 01 de dezembro de 2010 a dia 31 de março de 2011, nos municípios da Região Metropolitana de Campinas, com a seguinte composição:

- I - Órgão Central:** Casa Militar do Gabinete do Governador do Estado, representada pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC;
- II - Órgão Regional:** Coordenadoria Regional de Defesa Civil da Região Administrativa de Campinas - REDEC/I-5, Conselho de Desenvolvimento Metropolitano e Agência Metropolitana de Campinas;
- III - Órgão Setorial:** Representada pelo Instituto Geológico, vinculado a Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo;
- IV - Órgãos Municipais:** Prefeituras Municipais envolvidas no referido Plano de Contingência, representadas pelas respectivas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil - Comdec.

As **Normas de Procedimentos** do Plano de Contingência visam dotar as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – Comdec, de instrumentos de ação, de modo a reduzir as perdas decorrentes de desastres em situações de inundações, escorregamentos e processos correlatos. O objetivo é a adoção de medidas gerenciais que permitam atuar de forma antecipada à iminência do desastre, a partir do acompanhamento dos seguintes parâmetros:

- I - Índices Pluviométricos;**
- II - Previsão Meteorológica;**
- III - Vistorias de Campo.**

Com a padronização do processo de troca de informações nas ações de emergência, as prefeituras da RMC, por intermédio da Defesa Civil ficam incumbidas de promover a implantação da **Rede de Alerta de Desastres** como um instrumento de operacionalização e apoio ao Sistema Municipal de Defesa Civil. A Câmara Temática de Defesa Civil e Coordenadoria Regional de Defesa Civil - REDEC I/5 em conjunto com a Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP, terão a atribuição de instruir e manter para o funcionamento da Rede de Alerta de Desastres.

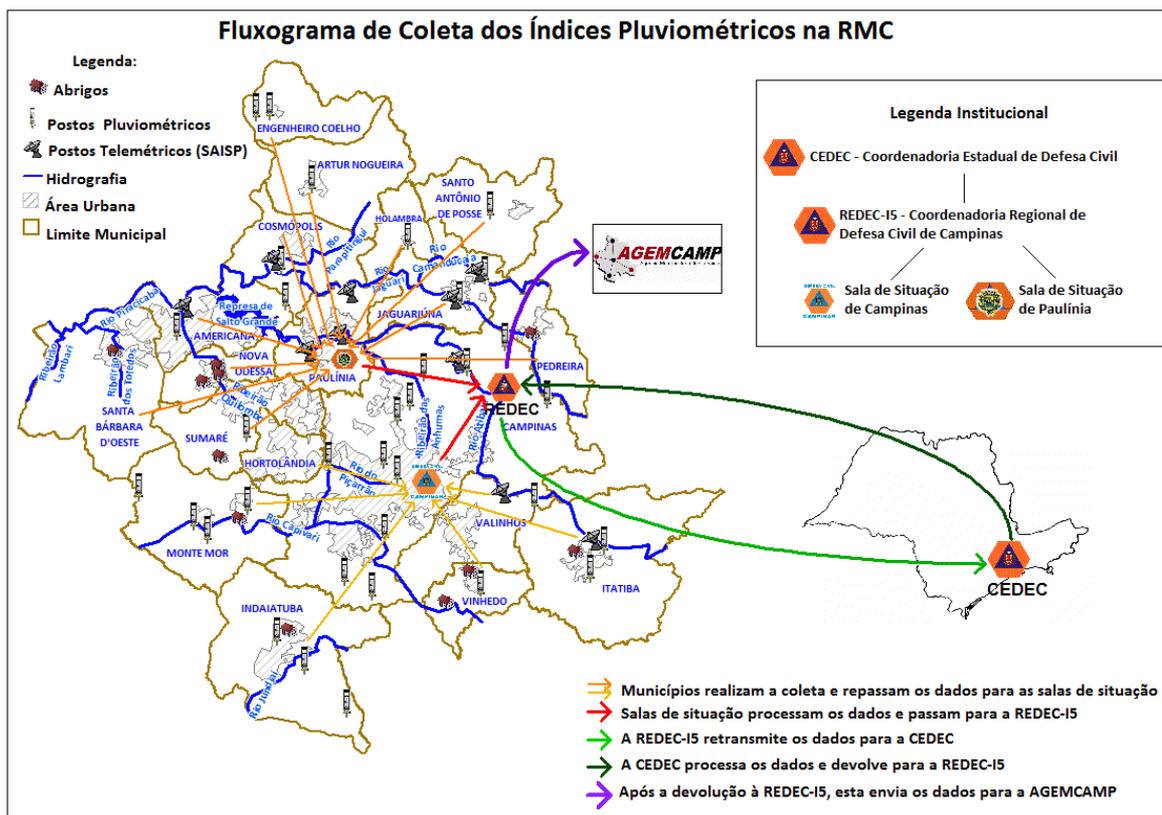
Neste sentido foi proposto e aprovado na terceira reunião da Câmara Temática, em 08/10/2010, a criação de mais uma **Sala de Situação**, a exemplo da existente em Campinas⁷. Paulínia⁸ passou ser o município a abrigar a segunda sala de situação na RMC, com a Comdec(s)

⁷ Sala de Situação Campinas responsável pelos os municípios de Indaiatuba, Itatiba, Monte Mor, Vinhedo, Hortolândia, Valinhos

⁸ Sala de Situação Paulínia responsável pelos municípios de Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Pedreira, Jaguariúna, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste, Sumaré, Santo Antônio de Posse

classificada com nível 4, passando a receber e processar os índices pluviométricos e umidade relativa do ar da RMC, conforme figura 3.

Figura 3 – Fluxo de coleta de índices



Fonte: Agemcamp, 2011

A instrumentalização deste processo de mudança se deu a partir da elaboração de um **Plano de Contingência Metropolitano**, para a uniformização das Operações Verão⁹, e Estiagem¹⁰ com ações rotineiras de coletas de dados pluviométricos e Índices de Unidade Relativa do Ar – URA, por meio das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil da RMC. **Rotina Operacional** – é realizada coleta sistemática (diária) dos índices¹¹ pluviométricos e encaminhados às duas Salas de Situação seguindo para

⁹ Operação Verão - Os índices estão divididos em quatro níveis. Ao atingirem os 80,1 mm o município deixa o estado de **observação** e entra para o estado de **atenção**, momento em que iniciam as vistorias de campo nas áreas que atingiram o índice. Na seqüência ao atingir o estado de **alerta** inicia-se a remoção preventiva da população das áreas de risco iminente indicadas pelas vistorias, e no caso do de **alerta máximo**, haverá remoção de toda população que habita áreas de riscos.

¹⁰ Operação Estiagem foi implantada na RMC em 2011 e estão divididos índices estão divididos em quatro níveis; **observação** com até 30% de umidade relativa do ar, **atenção** entre 30% e 20% de umidade, emissão de alerta e vistoria, **alerta**, entre 20% à 12 % emissão de Alerta e Vistoria de campo nas áreas anteriormente identificadas e **emergência**, **Abaixo de 12%** emissão de alerta e acionamento do Plano de Chamada

¹¹ Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT

Coordenadoria Regional da Defesa Civil REDEC I-5. Os índices são remetidos à Coordenadoria Estadual Defesa Civil CEDEC, que faz o processamento destes índices e os remete à Coordenadoria Regional da Defesa Civil. Nesta etapa os índices são encaminhados para Agemcamp com o recorte da Região Metropolitana de Campinas. Estes índices, no formato de tabela são apresentados, conforme figura 4 e figura 5, e apresenta os níveis de operação de rotina. Estes índices passaram a ser inseridos no portal da Defesa Civil, no site da Agemcamp¹², em caráter experimental a partir de 28/11/10 e em caráter definitivo a partir do início da Operação Verão, 01/12/2010.

Figura 4 – índices das Operações Verão e Estiagem

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO GOVERNADOR - CASA MILITAR
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COORDENADORIA REGIONAL DE DEFESA CIVIL - CAMPINAS
DADOS DA OPERAÇÃO VERÃO

Consulta: Consulta de Dados Pluviométricos - REGIÃO CAMPINAS

***Indica municípios que não possuem dados suficientes para o cálculo do acumulado de 3 dias.†

Município	Data	Ac. Diário (mm)	Ac. 3 Dias (mm)	Limite Estipulado 3 dias	Nível Vigente
AMERICANA	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
ARTUR NOGUEIRA	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
CAMPINAS	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
COSMÓPOLIS	28/01/2014	0,0	0,5	80,00	OBSERVAÇÃO
ENGENHEIRO COELHO	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
HOLAMBRA	28/01/2014	0,0	-x	80,00	**x
HORTOLÂNDIA	28/01/2014	0,0	-x	80,00	**x
INDAIATUBA	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
ITATIBA	28/01/2014	0,0	0,3	80,00	OBSERVAÇÃO
JAGUARUNA	28/01/2014	1,0	1,0	80,00	OBSERVAÇÃO
MONTE MOR	28/01/2014	0,0	-x	80,00	**x
NOVA ODESSA	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
PAULÍNIA	28/01/2014	5,0	5,0	80,00	OBSERVAÇÃO
PEDREIRA	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
SANTA BARBARA D'ESTE	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
SANTO ANTONIO DE POSSE	28/01/2014	2,0	2,0	80,00	OBSERVAÇÃO
SUMARE	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
VALINHOS	28/01/2014	0,0	0,0	80,00	OBSERVAÇÃO
VINHEDO	28/01/2014	0,0	0,5	80,00	OBSERVAÇÃO

Ficha – Índices Pluviométricos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO GOVERNADOR - CASA MILITAR
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COORDENADORIA REGIONAL DE DEFESA CIVIL - CAMPINAS
OPERAÇÃO ESTIAGEM 2013
MONITORAMENTO DE URA
DATA: 28/09/2013

Informações de URA na região da REDEC em data de 28/09/2013.

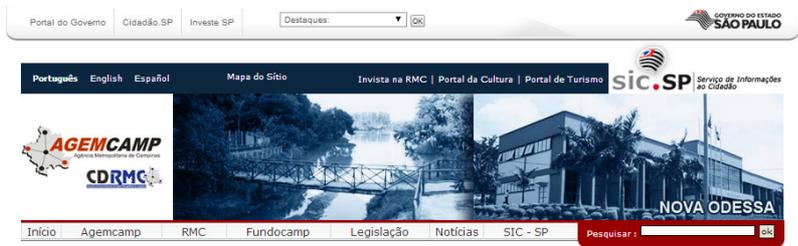
Municípios	ALERTA MAXIMO	ALERTA	ATENÇÃO	OBSERVAÇÃO
AMERICANA			28,0 %	
ARTUR NOGUEIRA			28,5 %	
CAMPINAS			28,5 %	
COSMÓPOLIS			28,5 %	
ENGENHEIRO COELHO			28,5 %	
HOLAMBRA			28,5 %	
HORTOLÂNDIA				31,6 %
INDAIATUBA			27,8 %	
ITATIBA			25,1 %	
JAGUARUNA			28,5 %	
MONTE MOR			27,4 %	
NOVA ODESSA			25,9 %	
PAULÍNIA			28,5 %	
PEDREIRA			27,6 %	
SANTA BARBARA D'ESTE			28,0 %	
SANTO ANTONIO DE POSSE			28,3 %	
SUMARE				31,6 %
VALINHOS			28,5 %	
VINHEDO			26,9 %	

Ficha – Índices Umidade relativa do Ar

Fonte: Agemcamp, 2013

¹² www.agemcamp.sp.gov.br

Figura 5 – Níveis de Operação – Verão 2014 e Estiagem 2013



Início > Operação Verão

Níveis da Operação Verão na Região Metropolitana de Campinas

Data: 28/01/2014

OBSERVAÇÃO	ATENÇÃO	ALERTA	EMERGÊNCIA
Americana			
Artur Nogueira			
Campinas			
Cosmópolis			
Engenheiro Coelho			
Holambra			
Hortolândia			
Indaiatuba			
Itatiba			
Jaguariúna			
Monte Mor			
Nova Odessa			
Paulínia			
Pedreira			
Santa Bárbara D'Oeste			
Santo Antônio de Posse			
Sumaré			
Valinhos			
Vinhedo			

Legenda:

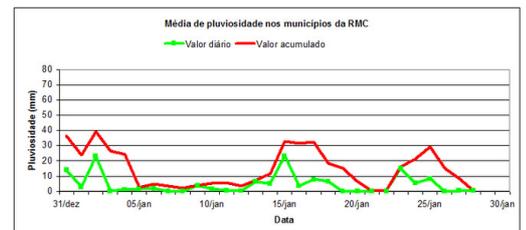
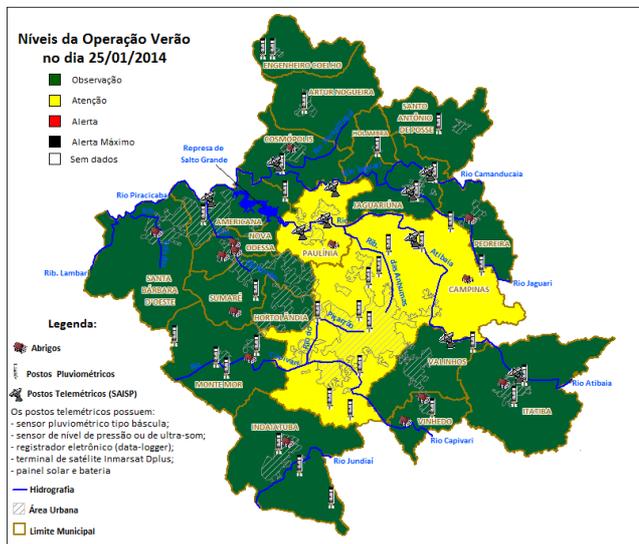
OBSERVAÇÃO	Acompanhamento dos índices pluviométricos (80mm)
ATENÇÃO	Vistoria no campo nas áreas anteriormente identificadas pela Defesa Civil Municipal (A partir de 80,1mm)
ALERTA	Remoção preventiva da população das áreas de risco iminente indicadas pelas vistorias
EMERGÊNCIA	Remoção de toda a população que habita áreas de riscos

Acesse os mapas diários:

01/01/2014	02/01/2014	03/01/2014	04/01/2014
05/01/2014	06/01/2014	07/01/2014	08/01/2014
09/01/2014	10/01/2014	11/01/2014	12/01/2014
13/01/2014	14/01/2014	15/01/2014	16/01/2014
17/01/2014	18/01/2014	19/01/2014	20/01/2014
21/01/2014	22/01/2014	23/01/2014	24/01/2014
25/01/2014	26/01/2014	27/01/2014	28/01/2014

Previsão do Tempo: [ICMSP](#)

Gráficos dos Índices Pluviométricos nos Municípios e Linha de Tendência da Região



Início > Operação Verão

Níveis da Operação Estiagem na Região Metropolitana de Campinas

Data: 28/09/2013

OBSERVAÇÃO	ATENÇÃO	ALERTA	EMERGÊNCIA
Hortolândia	Americana		
Sumaré	Artur Nogueira		
	Campinas		
	Cosmópolis		
	Engenheiro Coelho		
	Holambra		
	Indaiatuba		
	Itatiba		
	Jaguariúna		
	Monte Mor		
	Nova Odessa		
	Paulínia		
	Pedreira		
	Santa Bárbara D'Oeste		
	Santo Antônio de Posse		
	Valinhos		
	Vinhedo		

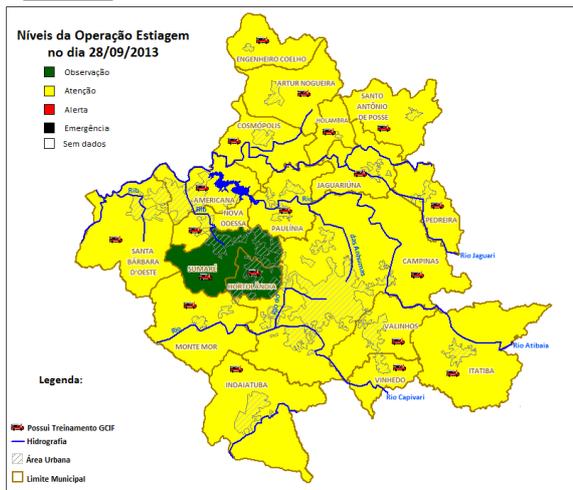
Legenda:

OBSERVAÇÃO	Até 30% - Acompanhamento dos índices da URA
ATENÇÃO	30% à 20% - Emissão de Alerta e Vistoria de campo nas áreas anteriormente identificadas
ALERTA	20% à 12% - Emissão de Alerta e Vistoria de campo nas áreas anteriormente identificadas
EMERGÊNCIA	Abaixo de 12% - Emissão de Alerta e acionamento do Plano de Chamada

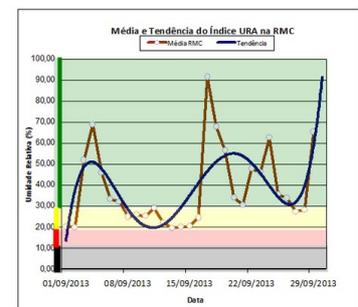
Acesse os mapas diários:

01/01/2014	02/01/2014	03/01/2014	04/01/2014
05/01/2014	06/01/2014	07/01/2014	08/01/2014
09/01/2014	10/01/2014	11/01/2014	12/01/2014
13/01/2014	14/01/2014	15/01/2014	16/01/2014
17/01/2014	18/01/2014	19/01/2014	20/01/2014
21/01/2014	22/01/2014	23/01/2014	24/01/2014
25/01/2014	26/01/2014	27/01/2014	28/01/2014

Previsão do Tempo: [PMet]



Gráficos da Umidade Relativa nos Municípios e Linha de Tendência da Região



Fonte: Agemcamp 2013

Na reunião da câmara temática de 12/11/10 após período de elaboração e desenvolvimento foi aprovado o termo que sintetiza o processo de

integração da Defesa Civil na RMC. Este termo denominado **Força Tarefa Metropolitana de Defesa Civil**¹³ foi proposto com objetivo reunir um grupo técnico com objetivo de orientar tecnicamente o chefe do poder executivo para a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. A orientação aos chefes dos executivos municipais, prestada por este grupo técnico, dispõem de um cadastro e o mapeamento dos Abrigos de Emergência na RMC, segundo as recomendações da Carta Humanitária.

O alcance destas ações resultou no Projeto Sistema Regional de Defesa Civil consolidando a mudança do paradigma na redefinição dos papéis da Defesa Civil na RMC. O projeto tinha o objetivo de consolidar a integração da rede de 19 COMDEC(s), equipando-as com viaturas, estações de trabalhos, computadores e máquinas fotográficas, com orçamento aprovado em R\$ 32.000,00 por município. Esta sistematização permitiria a operacionalização do Plano de Contingência Metropolitano consolidando a integração dos sistemas municipais (SIMDEC), integrando outras secretarias municipais e agentes afins, de Defesa Civil. O projeto foi deliberado na câmara temática e encaminhado para aprovação do Conselho de Desenvolvimento de RMC. Seguiu-se a redação de um Manual de Instrução para o Projeto instruindo os procedimentos de sua implantação e a utilização dos recursos financeiros do Fundocamp¹⁴. Em 2012, com a aprovação do Conselho de Desenvolvimento da RMC foi implementado o Projeto “Sistema Regional de Defesa Civil” que criou condições e permitiu o acesso a recursos materiais de forma padronizadas para que as 19 cidades da RMC pudessem compatibilizar e fazer cumprir as metas regionais. Do início do projeto em 2012 até 2013, dos 19 municípios foram executados 15 projetos.

A figura 4 apresenta a uma Comdec, contemplada com a implantação do projeto Sistema Regional de Defesa Civil. Com o advento da Lei Federal 12.608 de 11 de abril de 2012 foi criado o Sistema Nacional de Proteção Civil que reorientou o foco para a Defesa Civil no país com repercussão para RMC. A implantação do Sistema Regional de Defesa Civil apresentou resultados positivos na redução do número de decretações de Situações de Emergência ou Calamidade Pública passando a ser considerado um indicador de comprovação da eficiência nas respostas preventivas de defesa permanente às situações de desastres.

¹³ O grupo é constituído de um cadastro de funcionários capacitados com os cursos; de Formação de Agente de Defesa Civil – CFA, Operacional de Defesa Civil – CODC, de Avaliação de Danos – CADAN e outros cursos oficiais oferecidos pelo Sistema Nacional ou Estadual de Defesa Civil

¹⁴ Criado pela Lei Estadual Complementar nº 870, de 19 de Junho de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 50.553 de 20 de Fevereiro de 2006, com a finalidade de dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da região. O FUNDOCAMP está vinculado à Agência Metropolitana de Campinas – AGEMCAMP e a área de aplicação dos seus recursos abrangerá o interesse comum dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Campinas.

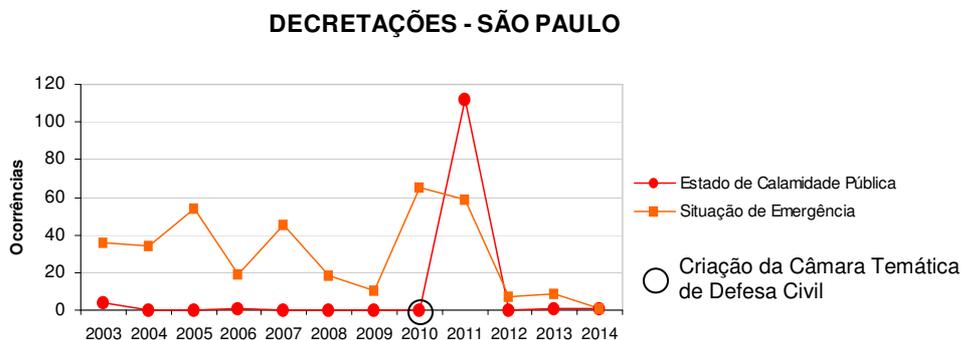
Figura 4 – Comdec - projeto Sistema Regional de Defesa Civil



Fonte: Agemcamp, 2011

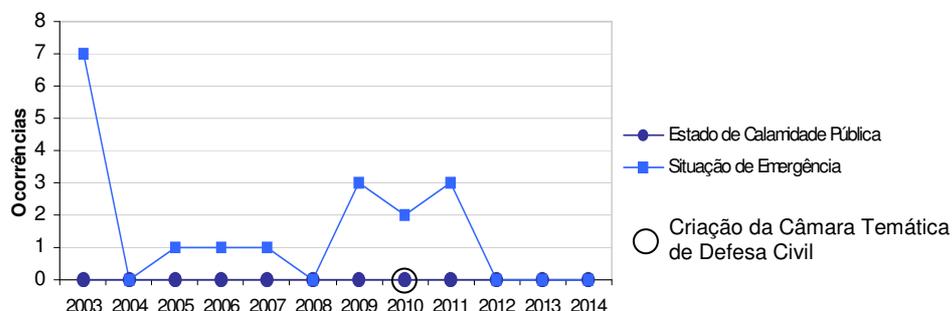
É apresentada na figura 5, segundo o Atlas Brasileiro de Desastres, o número de decretações de Estado de Calamidade e Situação de Emergência, no período de 2003 a 2014 no Estado de São Paulo e RMC.

Figura 5 – Decretações – Estado de Calamidade e Situação de Emergência



Fonte: Atlas Brasileiro de Desastres, 2014

DECRETAÇÕES - RMC



Fonte: Banco de dados de registro de desastres (Ministério da Integração Nacional), 2014

A gestão metropolitana de Defesa Civil foi incorporada pela Agenda



Metropolitana do Governo Estadual em 11/11/2011. O alcance obtido pelas inovações sob o ponto de vista conceitual do projeto Sistema Regional de Defesa Civil, o papel de instituir as mudanças de paradigmas referentes ao papel da Defesa Civil na RMC foi implementado na prática. A implantação do projeto Sistema Regional de Defesa Civil e a

experiência adquirida pelos gestores municipais e a Agemcamp promoveram uma reflexão quanto aos atuais alcances da proposta do projeto.

IV – RECONHECIMENTO DA INOVAÇÃO

Avaliação do quanto os envolvidos diretos e indiretos reconhecem o caráter inovador

Os resultados alcançados pelo Projeto permitiram o aprimoramento de suas premissas. O projeto se destacou no Estado de São Paulo e contribuiu como referência às posteriores políticas associadas à Defesa Civil.

Recebeu o reconhecimento internacional da ONU decorrente das inovações do projeto, e o compromisso de implantar o Programa das Nações Unidas denominado, Cidades Resilientes na



Região Metropolitana de Campinas - RMC. Tratava-se de uma Estratégia

Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas – UNISDR.



O programa foi implantado na região com sucesso em 6 meses obtendo a adesão integral de 19 municípios e suas certificações. Certificados emitidos pelo escritório da ONU no Brasil foram entregues na Reunião da Câmara Temática de 27/06/2013 com a presença de seu Diretor no Brasil, David Stevens. Os resultados alcançados permitiram maior

visibilidade dos trabalhos da câmara temática até o momento, destaca-se para o exercício de 2014 a proposta de expansão do projeto Sistema Regional de Defesa Civil a ser apreciada pelo Conselho de Desenvolvimento da RMC.

V – EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS PÚBLICOS E EFICÁCIA

Desenvolver recursos humanos, financeiros, e físicos para produzir resultados qualitativos e quantitativos

A câmara temática promove sistematicamente por meio de parcerias com universidades Cursos de Formação de Agentes – CFA e de gestores – CFG de Defesa Civil. Promove a apresentação de trabalhos e palestras referentes aos temas pertinentes à Defesa Civil. A AGEMCAMP dispõe de recursos do FUNDOCAMP¹⁵ criado pela Lei Estadual Complementar nº 870, de 19 de Junho de 2000 e regulamentado pelo Decreto nº 50.553 de 20 de Fevereiro de 2006 com a finalidade de dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da região. Os recursos do Fundocamp foram fundamentais para implantação do projeto que alcançou reconhecimento dos seus níveis de qualidade e eficácia.

VI – RELEVÂNCIA DO TRABALHO

Desenvolvimento da estrutura gerencial da Defesa Civil

As ações desenvolvidas pela câmara temática de Defesa Civil possibilitou a qualificação do gerenciamento, da assistência em situações de desastres e permitiu o desenvolvimento da estrutura da Defesa Civil Metropolitana. Esta estrutura é composta pelos seguintes sistemas:

¹⁵ FUNDOCAMP tem como objetivos:

- I - financiar e investir em programas e projetos de interesse da Região Metropolitana de Campinas;
- II - contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria dos serviços públicos municipais;
- III - contribuir com recursos técnicos e financeiros para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sócio-econômico da Região;
- IV - contribuir com recursos técnicos e financeiros para a redução das desigualdades sociais da região

Operacional - o **Plano de Contingência**, articulado ao Sistema Regional de Defesa Civil com Diretrizes de Planejamento e Normas de Procedimento discutidas e aprovadas conjuntamente com 19 municípios da RMC.

Comunicação - a **Rede de Alerta** permitiu agilizar os meios e a troca de informações nas ações de emergência.

Consultivo - o grupo **Força Tarefa Metropolitana**, com objetivo de auxiliar/orientar o poder executivo para a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Financeiro – o FUNDOCAMP como agente financiador deu suporte financeiro a projetos e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da RMC.

Divulgação – o **Portal da Defesa Civil**, hospedado no site da Agemcamp, foi desenvolvido com objetivo de permitir o acesso a dados e informações referente às ações de Defesa Civil. Com vistas a possibilitar maior interação social sobre as ações públicas. Desde sua implantação foram 11.783 acessos.

VII – PROMOÇÃO DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Resultados alcançados estimulam sociedade a participar do processo por meio de mecanismos de transparência, publicidade e consulta dos serviços

A Câmara Temática de Defesa Civil foi responsável por avanços metodológicos que possibilitaram a criação de diretrizes de planejamento. O Plano de Contingência estabeleceu avaliações precisas de eventos e



possibilitou o apoio consultivo do grupo Força Tarefa aos chefes de executivos locais nas tomadas de decisões quanto à decretação de Situação de Emergência ou Calamidade Pública. Com o cadastro dos abrigos de emergência foi possível atender a população diretamente afetada por desastres de acordo com as recomendações da Carta Humanitária.

O Portal da Defesa Civil é um instrumento de visibilidade das ações da Defesa Civil e permitiu uma ação integradora na região, o nivelamento de rotinas diárias permitiu o processo de levantamento de dados, processamento e veiculação de informação. Nas edições de 2013 e 2014 das Operações Verão e Estiagem foram realizadas abordagens de caráter social denominada Ação Integrada. O objetivo é divulgar medidas preventivas quanto aos riscos de desastres nos respectivos períodos (inundações, deslizamentos, queimadas e conscientização do uso de água). A abordagem consiste em possibilitar maior interação entre a comunidade local, diretamente envolvida em situações de riscos e a Defesa Civil. As ações são planejadas nas reuniões da câmara onde é estabelecido um cronograma com datas e locais de atuação da Ação Integrada¹⁶. Esta visibilidade possibilita a participação da sociedade na gestão pública.

VIII – DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS

Postura integrada – soluções conjuntas para problemas comuns

O desenvolvimento de parcerias entre a Câmara Temática de Defesa Civil com a Assistência Social, Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto de Pesquisas Meteorológicas - IPMET, Instituto Geológico – IG, foi fundamental para integração dos 19 municípios da RMC no projeto Metropolitano de Defesa Civil. As soluções propostas por este Sistema Integrado de Defesa Civil promoveram uma dinâmica padronizada. Consolidou-se na RMC uma visão de conjunto e interdependência na resolução de temas relacionados à Defesa Civil.

IX – POSSIBILIDADE DE MULTIPLICAÇÃO

Mudança de paradigma - de ações isoladas para ações integradas

A Câmara Temática agregou valores voltados à mudança na forma de interagir diante de situações de desastres. Valores metodológicos, organizacionais e gerenciais permitiram a execução de ações priorizando o caráter humanitário. Mudanças de procedimentos e rotinas possibilitaram a execução de ações rápidas, de caráter preventivo que diferenciou de posturas limitadas de respostas reativas. Neste sentido com a implantação de novas estruturas territoriais metropolitanas no Estado de São Paulo, o Sistema Regional de Defesa Civil da RMC é de referência em termos de regulamentação e organização metropolitana.

¹⁶ Mapa da região de atuação da Ação Integrada e o Grupo de Ações Preventivas de Meio Ambiente (gapa) da Guarda Civil Municipal de Vinhedo, apoiando agentes de Defesa Civil de Arthur nogueira, Campinas, Santa Bárbara d'Oeste, e Sumaré durante a Ação Integrada da Operação Estiagem 2013 em Vinhedo